



Eixo 4 - Ciência da Informação: diálogos e conexões

Bibliotecas universitárias e desinformação ambiental no Antropoceno: desenvolvimento de coleções como prática contra-hegemônica

Academic libraries and environmental disinformation in the Anthropocene: the role of collection development as a counter-hegemonic practice

Taís Elaine da Silva – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
– aprofessoratais@gmail.com

Thulio Pereira Dias Gomes – Universidade Federal Fluminense (UFF) –
thuliogomes@id.uff.br

Resumo: Analisa o desenvolvimento de coleções no enfrentamento da desinformação ambiental no Antropoceno. Fundamenta-se na articulação entre regime de informação e produção da ignorância, compreendendo a desinformação como fenômeno estrutural. Adota abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica, baseada em revisão de literatura. Argumenta que bibliotecas universitárias regulam a visibilidade do conhecimento ao incidirem sobre a seleção e a organização de documentos. Conclui-se que o desenvolvimento de coleções pode atuar como prática contra-hegemônica, tensionando a desinformação e ampliando a diversidade epistemológica.

Palavras-chave: Antropoceno. Desinformação ambiental. Regime de informação. Desenvolvimento de coleções. Bibliotecas universitárias.

Abstract: This article analyzes collection development in addressing environmental disinformation in the Anthropocene. It is grounded in the articulation between information regimes and the production of ignorance, framing disinformation as a structural phenomenon. The study adopts a qualitative, theoretical-analytical approach based on literature review. It argues that academic libraries regulate the visibility of knowledge through selection and organization of documents. It concludes that collection development can act as a counter-hegemonic practice, challenging disinformation and expanding epistemological diversity.

Keywords: Academic libraries. Anthropocene. Collection development. Environmental disinformation. Information regime.



1 INTRODUÇÃO

A intensificação do desequilíbrio socioambiental no contexto do Antropoceno não se limita à degradação dos sistemas naturais, envolvendo também dinâmicas informacionais que influenciam a forma como esse processo é compreendido e enfrentado. A circulação de narrativas que naturalizam modelos de desenvolvimento ambientalmente predatórios, associada à ampliação da desinformação ambiental, constitui um obstáculo relevante à construção de uma consciência crítica e à mobilização social.

Segundo Nogueira, Domingues e Araújo (2022) a literatura recente indica que a desinformação não se restringe à disseminação de conteúdos falsos, mas se insere em regimes de informação que estruturam a produção, a circulação e a legitimação do conhecimento. Contudo, a dimensão documentária desse fenômeno permanece pouco explorada, especialmente no que se refere aos processos institucionais que regulam a visibilidade e o acesso à informação.

Nesse contexto, as bibliotecas universitárias assumem papel estratégico. Ao atuarem na seleção, organização e disponibilização de documentos que sustentam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, essas instituições participam da definição dos referenciais mobilizados nos cursos e, conseqüentemente, da formação intelectual dos sujeitos. Suas práticas incidem diretamente sobre a constituição das bibliografias acadêmicas, podendo tanto produzir quanto tensionar dinâmicas de desinformação.

Diante disso, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: como o desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias atua na regulação da visibilidade informacional, podendo reproduzir ou tensionar a desinformação ambiental no contexto do Antropoceno?

O objetivo geral deste artigo é analisar o papel do desenvolvimento de coleções como prática de mediação no enfrentamento da desinformação ambiental. Como objetivos específicos, busca-se: (i) discutir a relação entre Antropoceno, regime de informação e produção da ignorância; (ii) compreender a desinformação ambiental como problema documentário; e (iii) examinar o desenvolvimento de coleções como prática potencialmente contra-hegemônica no contexto das bibliotecas universitárias.



A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza teórico-analítica, fundamentada em revisão narrativa de literatura sobre Antropoceno, regime de informação, desinformação e desenvolvimento de coleções, articulando contribuições da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. A escolha pela revisão narrativa justifica-se pelo caráter conceitual e interdisciplinar da investigação, que demanda a articulação de diferentes campos teóricos para compreender como esses temas se relacionam no contexto biblioteconômico e ambiental. Segundo Ogassavara *et al.* (2025, p. 308), “as revisões narrativas são delineamentos descritivos e transversais que sintetizam o conhecimento a partir de fontes secundárias, sem manipulação de variáveis”.

Com base na organização metodológica proposta por Ogassavara *et al.* (2025), a revisão narrativa foi desenvolvida em três etapas. A primeira correspondeu à estruturação e ao planejamento da revisão, momento em que foram definidos o problema de pesquisa, o objetivo do artigo e os eixos teóricos centrais da investigação: Antropoceno, regimes de informação, produção da ignorância, desinformação ambiental e desenvolvimento de coleções. Nessa etapa, a seleção dos materiais foi orientada pela relevância teórica das obras para a construção do argumento analítico, priorizando contribuições capazes de articular os debates da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e dos estudos críticos sobre ambiente, informação e poder.

A segunda etapa consistiu na leitura e análise dos materiais selecionados. Nesse momento, buscou-se identificar relações conceituais entre os referenciais mobilizados, observando como a literatura permite compreender a desinformação ambiental não apenas como circulação de conteúdos falsos, mas como fenômeno estruturado por regimes de informação e por disputas em torno da visibilidade do conhecimento. A análise também procurou evidenciar a dimensão documentária desse processo, considerando o papel dos documentos, dos acervos e das práticas institucionais de seleção, organização e disponibilização da informação.

A terceira etapa correspondeu ao relato e à síntese dos conteúdos, por meio da organização da discussão em três seções analíticas. A primeira articula Antropoceno, regime de informação e produção da ignorância; a segunda discute a desinformação ambiental como problema documentário; e a terceira examina o desenvolvimento de coleções como prática de mediação contra-hegemônica em bibliotecas universitárias.



Desse modo, a revisão narrativa possibilitou construir uma síntese reflexiva e interdisciplinar, voltada à compreensão do desenvolvimento de coleções como uma prática capaz de tensionar dinâmicas de desinformação e ampliar a diversidade epistemológica nos acervos acadêmicos.

2 ANTROPOCENO, REGIME DE INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO DA IGNORÂNCIA

A compreensão do Antropoceno como categoria analítica amplia o debate sobre o desequilíbrio ambiental para além de seus aspectos biofísicos, incorporando dimensões sociais, econômicas e informacionais. O termo foi popularizado por Crutzen (2002) para designar uma nova época geológica marcada pela ação humana sobre o sistema terrestre, associada à grande aceleração no uso dos recursos naturais (Artaxo, 2014). No âmbito das ciências sociais, esse conceito tem sido mobilizado para evidenciar que tal condição não resulta de uma ação humana indistinta, mas de processos históricos vinculados ao capitalismo e às suas formas de exploração da natureza (Issberner; Léna, 2018; Moore, 2022).

Nesse quadro, o colapso ambiental global pode ser compreendido como expressão de um modelo de desenvolvimento baseado na extração contínua de recursos e na transformação da natureza em mercadoria. Como argumentam Fraser e Jaeggi (2020), o capitalismo não se limita a um sistema econômico, mas constitui uma ordem social institucionalizada que reorganiza as relações entre sociedade e natureza. A noção de “natureza barata”, proposta por Moore (2022), explicita esse processo ao evidenciar a desvalorização econômica e simbólica dos elementos naturais, tornados disponíveis para exploração contínua.

A sustentação desse modelo, contudo, não se restringe ao plano material. Ela depende de mecanismos que produzem, organizam e legitimam determinadas formas de conhecimento, dificultando a percepção crítica das contradições que estruturam o desequilíbrio ambiental. É nesse ponto que o conceito de regime de informação contribui para a compreensão das tensões na dinâmica do conhecimento contemporâneo. Para Frohmann (1995), um regime de informação pode ser entendido como um sistema no qual a informação “flui através de canais determinados de produtores específicos [...] para usuários específicos”, evidenciando que sua circulação



é mediada por estruturas institucionais e relações de poder. Braman (2004) destaca que os regimes de informação assumem caráter global e emergente, sendo moldados por interações entre Estados, corporações e infraestruturas tecnológicas.

No capitalismo contemporâneo, essas dinâmicas são intensificadas pelo desenvolvimento tecnológico e pela expansão das plataformas digitais. A dataficação da vida social, a vigilância contínua e a mediação algorítmica configuram um regime orientado pela acumulação de dados e pela produção de valor econômico a partir da informação (Bezerra; Almeida, 2020). Nesse contexto, a informação opera como dispositivo central de poder, influenciando comportamentos, percepções e formas de interação social. Paradoxalmente, esse cenário não se traduz em maior capacidade de compreensão da realidade. Como argumenta Bezerra (2024), vivemos sob a condição da “miséria da informação”, na qual o excesso de dados, aliado à sua organização algorítmica, produz fragmentação e dificulta a construção de sentidos críticos, favorecendo a alienação e a desorientação dos sujeitos.

Essa condição cria um ambiente propício à produção da ignorância. Proctor (2008) denomina agnotologia o estudo dos processos pelos quais a ignorância é culturalmente produzida e mantida, seja por omissão, distorção ou saturação informacional. No contexto contemporâneo, tais processos são potencializados por tecnologias que privilegiam o engajamento em detrimento da veracidade, contribuindo para a consolidação da chamada pós-verdade, na qual, como observa D’Amaral (2021), a verdade perde centralidade como critério de validação do discurso.

Dessa forma, a desinformação deve ser compreendida como parte constitutiva dos regimes de informação, e não como fenômeno periférico. A articulação entre capitalismo, tecnologia e produção de conhecimento cria condições para a circulação de narrativas que legitimam a exploração da natureza e obscurecem suas consequências, dificultando a formação de uma consciência socioambiental crítica. Como sintetiza Bezerra (2024), a abundância informacional, quando orientada pela lógica da acumulação e da vigilância, pode operar como mecanismo de obscurecimento da realidade.

Nesse cenário, o desequilíbrio ambiental global não se restringe aos sistemas naturais, mas envolve também sistemas informacionais que sustentam formas específicas de ver, interpretar e agir sobre o mundo. É a partir dessa articulação entre



Antropoceno, regime de informação e produção da ignorância que se torna possível avançar na análise da desinformação ambiental como um problema inscrito nas dinâmicas contemporâneas de produção, organização e circulação do conhecimento.

3 A DESINFORMAÇÃO COMO UM PROBLEMA DOCUMENTÁRIO

No contexto do Antropoceno, a desinformação ambiental não pode ser compreendida apenas como circulação de conteúdos falsos ou imprecisos, mas como um fenômeno estruturado pelos regimes de informação contemporâneos. Esses regimes, conforme discutido por Frohmann (1995) e Braman (2004), organizam a produção, a circulação e a legitimação da informação por meio de estruturas institucionais e relações de poder, influenciando diretamente quais narrativas se tornam visíveis e socialmente reconhecidas. Nesse cenário, a desinformação emerge como efeito sistêmico, associado à condição descrita por Bezerra (2024) como “miséria da informação”, caracterizada pela abundância de dados e pela dificuldade de construção de sentidos críticos.

Nessa direção, a desinformação ambiental desloca-se do plano estritamente discursivo para uma dimensão estrutural, na qual se articulam mecanismos de visibilidade, hierarquização e autoridade informacional. Essa abordagem permite compreendê-la como resultado de um contexto informacional desigual, no qual dados discursivos, frequentemente alinhados a interesses econômicos e políticos hegemônicos, são amplificados, enquanto outros permanecem marginalizados, em consonância com as disputas por regimes de verdade e hegemonia analisadas por Foucault (1995) e Gramsci (2001).

Nesse sentido, propõe-se compreender a desinformação ambiental como um problema documentário. Tal formulação implica reconhecer que os processos de produção, organização e disponibilização de documentos participam ativamente da configuração dos regimes de informação, influenciando quais narrativas se tornam acessíveis, legítimas e relevantes. A desinformação, assim, não se limita à presença de conteúdos falsos, mas se manifesta também na ausência, na invisibilização e na desvalorização de determinados documentos e saberes.



Essa perspectiva aproxima o debate da Ciência da Informação, especialmente no que se refere à centralidade do documento como unidade de mediação entre conhecimento e sociedade. Conforme argumenta González de Gómez (2012), os regimes de informação são constituídos por redes de atores, práticas e recursos que atravessam os processos de produção e uso da informação, evidenciando que os documentos não são elementos neutros, mas artefatos que incorporam valores e relações de poder. Sua organização em sistemas informacionais envolve escolhas que afetam diretamente a visibilidade e a acessibilidade do conhecimento.

Nesse ponto, as bibliotecas assumem relevância estratégica. Como responsáveis pela seleção, organização e disponibilização de documentos, participam da regulação da visibilidade informacional, atuando como mediadoras entre diferentes regimes de conhecimento. Como destaca Frohmann (1995), a análise dos regimes de informação permite compreender como essas mediações se estruturam e como podem ser objeto de intervenção. Embora tais dinâmicas se manifestem em diferentes tipologias de bibliotecas, tornam-se particularmente evidentes no contexto das bibliotecas universitárias, dada sua inserção direta nos processos de produção, validação e circulação do conhecimento científico.

Nas bibliotecas universitárias, essa atuação se materializa de forma concreta na constituição de acervos que sustentam as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ao selecionar, organizar e disponibilizar documentos que integram bibliografias básicas e complementares, essas instituições influenciam diretamente a formação intelectual dos sujeitos e os referenciais teóricos mobilizados nos cursos. Desse modo, participam da definição do que é reconhecido como conhecimento legítimo, incidindo sobre a visibilidade de determinadas perspectivas e sobre o silenciamento de outras.

Diante disso, pode-se afirmar que a desinformação ambiental se estrutura, em parte, a partir de dinâmicas documentárias que regulam a presença, a ausência e a hierarquização de saberes nos sistemas de informação. Enfrentá-la, portanto, não implica apenas corrigir conteúdos ou promover competências informacionais, mas intervir nas próprias condições de organização e disponibilização dos documentos.

É nesse horizonte que o desenvolvimento de coleções se apresenta como uma prática estratégica. Ao incidir sobre a seleção, a aquisição, a avaliação e a permanência dos documentos nos acervos, essa atividade configura-se como um dispositivo de



mediação informacional, capaz de reproduzir ou tensionar regimes de desinformação. Compreender a desinformação ambiental como problema documentário, portanto, desloca o debate para o campo das práticas institucionais, abrindo caminho para a análise do desenvolvimento de coleções como forma de atuação contra-hegemônica no contexto do Antropoceno.

4 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES COMO MEDIAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

Tradicionalmente compreendido como um processo contínuo que envolve seleção, aquisição, avaliação e desbastamento, orientado pelas necessidades da comunidade (Evans, 2000), o desenvolvimento de coleções pode ser reinterpretado, à luz da teoria crítica da informação, como uma forma de intervenção nas condições de visibilidade do conhecimento. Como sugere Weitzel (2017), a política de desenvolvimento de coleções explicita os princípios que orientam a constituição e a manutenção do acervo, evidenciando seu caráter institucional e estratégico.

Nas bibliotecas universitárias, tal dimensão torna-se particularmente evidente. Inseridas nos processos de ensino, pesquisa e extensão, essas instituições atuam diretamente na constituição das bibliografias básicas e complementares dos cursos, influenciando os referenciais teóricos que orientam a formação acadêmica. Assim, o desenvolvimento de coleções não apenas responde a demandas curriculares, mas também participa da definição dessas demandas, especialmente quando a biblioteca assume um papel ativo na interlocução com docentes e coordenações de curso.

A seleção de materiais é, possivelmente, o momento em que o caráter não neutro do desenvolvimento de coleções se torna mais visível. Embora orientada por critérios técnicos, a seleção envolve decisões que afetam diretamente quais vozes serão incluídas ou excluídas do acervo. Vergueiro (2010) ressalta que esse processo ocorre em um contexto sociocultural marcado por tensões, negociações e disputas.

No caso da desinformação ambiental, essa etapa adquire complexidade adicional. A distinção entre produção científica consolidada, controvérsias legítimas e discursos negacionistas exige uma leitura crítica do campo informacional, que ultrapassa critérios formais. A seleção pode, assim, ser compreendida como prática de



regulação epistemológica, na qual se definem os contornos do conhecimento reconhecido como válido.

Ao mesmo tempo, a reprodução acrítica de circuitos tradicionais de legitimação pode reforçar assimetrias. A incorporação de perspectivas críticas, saberes locais e epistemologias marginalizadas, frequentemente ausentes dos grandes fluxos editoriais, constitui uma forma de tensionar a “produção social da ignorância” (Proctor, 2008), ampliando o horizonte informacional disponível.

Se a seleção estabelece critérios, a aquisição lhes confere materialidade. É por meio desse processo que os documentos passam a integrar efetivamente o acervo, influenciando os circuitos de circulação do conhecimento no interior das instituições. No contexto da “miséria da informação” (Bezerra, 2024), a aquisição não pode ser reduzida à ampliação quantitativa do acervo, exigindo atenção à qualidade, à diversidade e à pertinência das fontes incorporadas, especialmente em áreas como as ciências ambientais.

No âmbito das bibliotecas universitárias, a aquisição assume ainda uma dimensão institucional mais ampla. A garantia de acesso a bases de dados, periódicos científicos e obras atualizadas não apenas atende a demandas acadêmicas, mas interfere diretamente nas condições de produção do conhecimento. Nesse sentido, a biblioteca participa da constituição de ambientes informacionais capazes de sustentar leituras críticas sobre o Antropoceno e o desequilíbrio ambiental.

A avaliação de coleções, por sua vez, constitui um processo contínuo de análise da adequação do acervo às necessidades institucionais (Evans, 2000). Para além de identificar lacunas, redundâncias e desatualizações, essa prática pode ser compreendida como uma leitura crítica do próprio acervo. Avaliar uma coleção implica questionar que tipo de mundo informacional está sendo construído: quais temas são recorrentes, quais perspectivas são privilegiadas e quais permanecem marginalizadas.

Nesse ponto, a noção de adequação bibliográfica ganha centralidade. Ao analisar a correspondência entre os acervos e as bibliografias indicadas nos projetos pedagógicos dos cursos, a biblioteca universitária não apenas verifica a suficiência quantitativa das obras, mas pode problematizar a atualidade, a diversidade e a qualidade dos referenciais adotados. Esse movimento abre espaço para uma atuação mais propositiva, na qual a biblioteca contribui para a atualização de bibliografias e para



a incorporação de abordagens críticas sobre questões socioambientais. Essa atuação implica também processos de mediação com o corpo docente. Ao dialogar com professores e coordenações, a biblioteca pode sensibilizar para a importância da seleção de referências que contemplem a complexidade do Antropoceno, evitando a reprodução de perspectivas restritas ou alinhadas a discursos que minimizem o colapso ambiental. Desse modo, o desenvolvimento de coleções ultrapassa o plano técnico e se insere como prática pedagógica e institucional.

Entre as práticas que compõem esse processo, o desbastamento evidencia de forma particularmente sensível a relação entre memória e informação. Conforme Weitzel (2017), trata-se da retirada ou remanejamento de itens da coleção, com vistas à sua reorganização. No entanto, no contexto da desinformação ambiental, essa etapa envolve decisões que não se resolvem apenas por critérios de uso ou atualidade. Obras com informações desatualizadas ou interpretações equivocadas podem continuar a circular sem a devida contextualização, enquanto sua exclusão indiscriminada pode implicar a perda de registros relevantes para a compreensão histórica de determinados discursos. Nesse sentido, o desbastamento pode ser concebido como reconfiguração da coleção, envolvendo estratégias como contextualização crítica, reorganização temática e mediação ativa dos conteúdos.

Sob essa perspectiva, os desdobramentos práticos para bibliotecas universitárias podem ocorrer em diferentes frentes. Nas políticas de desenvolvimento de coleções, é possível incorporar critérios que considerem a diversidade epistemológica, a presença de perspectivas críticas sobre o Antropoceno, a representação de conhecimentos marginalizados e a identificação de assimetrias informacionais em áreas ambientalmente sensíveis. Na avaliação de bibliografias, as bibliotecas podem mapear lacunas, desatualizações, concentração excessiva de determinados referenciais e ausência de abordagens socioambientais críticas nos planos de ensino e projetos pedagógicos dos cursos. Já na mediação com docentes e coordenações, podem atuar de forma propositiva na indicação de fontes qualificadas, na revisão de bibliografias básicas e complementares, na elaboração de guias temáticos e na construção de estratégias de formação voltadas ao enfrentamento da desinformação ambiental. Tais ações não eliminam, por si só, as dinâmicas de desinformação, mas ampliam a capacidade



institucional das bibliotecas de intervir nas condições documentárias que regulam a visibilidade do conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidenciou que a desinformação ambiental, no contexto do Antropoceno, ultrapassa a circulação de conteúdos falsos, configurando-se como um fenômeno estrutural inscrito nos regimes de informação que organizam a produção, a circulação e a legitimação do conhecimento. Sua compreensão, portanto, exige deslocar o foco das mensagens para as condições que tornam determinadas narrativas visíveis, acessíveis e socialmente reconhecidas.

Ao propor a leitura da desinformação ambiental como problema documentário, o artigo destacou o papel dos processos de produção, organização e disponibilização de documentos na configuração desses regimes. Nessa perspectiva, a desinformação manifesta-se também por meio de ausências, silenciamentos e hierarquizações, que afetam a diversidade e a qualidade dos saberes disponíveis.

Nesse quadro, o desenvolvimento de coleções foi compreendido como prática estratégica de mediação informacional. Ao incidir sobre a composição dos acervos e sua articulação com as bibliografias acadêmicas, as bibliotecas, especialmente as universitárias, participam da regulação da visibilidade do conhecimento, podendo tanto produzir quanto tensionar dinâmicas de desinformação.

Por fim, destaca-se o caráter teórico-analítico do estudo, o que indica a necessidade de investigações empíricas que examinem, em contextos institucionais específicos, como as práticas de desenvolvimento de coleções vêm sendo mobilizadas no enfrentamento da desinformação ambiental. Essas investigações podem contribuir para o aprimoramento de políticas e práticas bibliotecárias orientadas à qualificação das bibliografias acadêmicas e à ampliação da diversidade epistemológica nos acervos.

REFERÊNCIAS

ARTAXO, P. Uma nova era geológica no nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, n. 103, p. 13-24, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i103p13-24>.

BEZERRA, A. C. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.



BEZERRA, A. C.; ALMEIDA, M. A. Rage against the machine learning: a critical approach to the algorithmic mediation of information. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 14, n. 2, p. 06-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2020.v14n2.02.p6>.

BRAMAN, S. **The emergent global information policy regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

CRUTZEN, P. J. Geology of mankind. **Nature**, v. 23, n. 415, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1038/415023a>.

D'AMARAL, M. T. **Seis ensaios da quarentena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.

EVANS, G. E. **Developing library and information center**. 4. ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton. **Anais [...]**. Edmonton, Alberta, 1995.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

ISSBERNER, L-R.; LÉNA, P. Anthropocene: the vital challenges of a scientific debate. **The UNESCO Courier**, n. 2, p. 7-10, 2018.

MOORE, J. W. O Capitaloceno, parte II: natureza barata, ou por que o mundo não é um recurso. *In*: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?: Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Editora Elefante, 2022. p. 117-150.

NOGUEIRA; C. A.; DOMINGUES, R. P.; ARAÚJO, C. A. A. Desinformação no contexto da ciência da informação: um breve panorama (2019-2022). ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22, Porto Alegre, 2022. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANCIB, 2022.

OGASSAVARA, Dante et al. Trilhas metodológicas para a revisão narrativa: orientações pragmáticas para sua elaboração. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 23, n. 3, p. 308-318, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.3.10317>.

PROCTOR, R. N. Agnotology: a missing term to describe the cultural production of ignorance (and its study). *In*: PROCTOR, R. N.; SCHIEBINGER, L. (org.). **Agnotology: the making and unmaking of ignorance**. Stanford: Stanford University Press, 2008. p. 1–33.



VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2010.

WEITZEL, S. R. **Formação e desenvolvimento de coleções**. Brasília, DF: CAPES; Rio de Janeiro: FACC/UFRJ, 2017.

